

## ***RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CICLO 2018-2020***

**ALUNOS AVALIANDO O CURSO E A INFRAESTRUTURA DA INSTITUIÇÃO;**

**ALUNOS AVALIANDO PROFESSORES;**

**DOCENTES AVALIANDO A ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA E A INSTITUIÇÃO;**

**AVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO;**

**AVALIAÇÃO E PANDEMIA.**

**CARUARU, MARÇO – 2021**

### **Missão da ASCES**

*"Formar profissionais cuja capacitação científica, tecnológica, ética e humanista assegure envolvimento, comprometimento e efetiva contribuição para o desenvolvimento da sociedade."*

## **IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**

**Mantenedora:** Associação Caruaruense de Ensino Superior e Técnico – ASCES

**Personalidade Jurídica:** de Direito Privado

**Características:** Instituição Comunitária – Centro Universitário

**CNPJ:** 09.993.940/0001-01

**Mantida:** ASCES/UNITA

**Endereço:** Av. Portugal, 584 – Bairro Universitário

CEP: 55016-901 – Caruaru/PE

Fone: (81) 2103-2000 – Fax: (81) 2103-2052

E-mail: ASCES@ASCES.edu.br

## **Comissão Própria de Avaliação – CPA**

**Marilia d'Oliveira Vila Nova**, Presidente da Comissão;

**Renato Cabral de Oliveira Filho**, como representante do corpo docente;

**Ângela Maria Coelho de Andrade**, como representante do corpo docente;

**Roberta de Granville Barbosa**, como representante do corpo docente;

**Maurício da Rocha Costa**, como representante do corpo discente;

**Joana Suelania da Silva Lima**, como representante do corpo discente;

**Daniely Rayanny Rabosa Silva**, como representante do corpo discente;

**Simone da Silva Meneses**, como representante do corpo funcional;

**Monica Geruza Leal**, como representante do corpo funcional;

**João Paulo da Silva**, como representante do corpo funcional.

**Hérion de Figueiredo Cavalcanti**, como representante da Sociedade Civil Organizada;

**Welligton José Florêncio**, como representante da Sociedade Civil Organizada;

**Fernando Antonio de Sousa Santos Junior**, como representante da Sociedade Civil Organizada.

**Telefone para contato:** (81) 2103-2000 – Ramal 2050 / (81) 99660-6939

**E-mail:** [cpa@asces.edu.br](mailto:cpa@asces.edu.br) / [mariliavilanova@asces.edu.br](mailto:mariliavilanova@asces.edu.br)

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>07</b>
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>08</b>
<b>1. REFERENCIAL TEÓRICO</b>	<b>10</b>
<b>2. ABORDAGEM METODOLÓGICA</b>	<b>12</b>
<b>3. DESENVOLVIMENTO E ANÁLISE DOS DADOS E DAS INFORMAÇÕES</b>	<b>13</b>
<b>3.1 EIXO 1 – Planejamento e Avaliação Institucional</b>	<b>13</b>
<b>3.1.1 Dimensão 8: Planejamento e Avaliação</b>	<b>13</b>
<b>3.2. EIXO 2 – Desenvolvimento Institucional</b>	<b>14</b>
<b>3.2.1 Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional</b>	<b>14</b>
<b>3.2.2 Dimensão 3: A Responsabilidade Social da Instituição</b>	<b>14</b>
<b>3.3. EIXO 3 – Políticas Acadêmicas</b>	<b>21</b>
<b>3.3.1 Dimensão 2: As políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão</b>	<b>21</b>
<b>3.3.2 Dimensão 4: A Comunicação com a Sociedade</b>	<b>44</b>
<b>3.3.3 Dimensão 9: Políticas de Atendimento ao Estudante</b>	<b>54</b>
<b>3.4. EIXO 4 – Políticas de Gestão</b>	<b>57</b>
<b>3.4.1 Dimensão 5: As Políticas de Pessoal e de Carreira</b>	<b>57</b>
<b>3.4.2 Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição</b>	<b>60</b>
<b>3.4.3; Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira</b>	<b>66</b>
<b>3.5. EIXO 5 – Infraestrutura Física</b>	<b>66</b>
<b>3.5.1 Dimensão 7: Infraestrutura Física</b>	<b>66</b>
<b>4. AVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO</b>	<b>92</b>
<b>5. AVALIAÇÃO E PANDEMIA</b>	<b>111</b>
<b>6. POTENCIALIDADES E DESAFIOS DA IES, A PARTIR DA ÓTICA DE AVALIAÇÃO, COM BASE NAS DIMENSÕES APRESENTADAS</b>	<b>123</b>

<b>7. DOS AVANÇOS INSTITUCIONAIS</b>	<b>125</b>
--------------------------------------	------------

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>133</b>
-----------------------------	------------

<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>135</b>
--------------------	------------

## APRESENTAÇÃO

O Centro Universitário Tabosa de Almeida – ASCES/UNITA tem como missão *“formar profissionais cuja capacitação científica, tecnológica, ética e humanística, assegure envolvimento, comprometimento e efetiva contribuição para o desenvolvimento da sociedade”*. Nessa perspectiva, vislumbramos ações que articulam ensino, pesquisa e extensão, buscando compreender teoria e prática como elementos indissociáveis na construção do saber científico, além de um compromisso de revisão contínua do seu projeto pedagógico, no intuito de contribuir com a formação discente. Entendemos, portanto, que a Autoavaliação Institucional se configura como uma vivência que favorece as relações estabelecidas no interior da Instituição em seu cotidiano, possibilitando o aprimoramento e a consolidação da sua missão.

Este relatório apresenta o resultado da Avaliação Institucional, elaborado pela Comissão Própria de avaliação CPA, a partir dos eixos avaliativos contidos no instrumento de avaliação disponibilizado pelo Ministério da Educação, com base nas dimensões estabelecidas no SINAES, referente ao ciclo 2018-2020. Assim, foram avaliadas as seguintes dimensões: **Alunos Avaliando o Curso e a Infraestrutura da Instituição, Alunos Avaliando Professores, Docentes Avaliando a Organização Didático-pedagógica, Avaliação pelo corpo técnico-administrativo e discentes e docentes avaliando o cenário institucional na vivência da pandemia.**

Conforme o cronograma de atividades desenvolvido pela presente Comissão, estas avaliações correspondem a etapas de um processo que envolve uma dimensão bem mais ampla, no intuito de contribuir com a perspectiva de uma Instituição de Educação Superior que acredita no processo de formação humana, com a efetiva participação de todos os atores envolvidos.

## INTRODUÇÃO

Até o início de dezembro de 2009, a Faculdade de Direito de Caruaru (credenciada pelo Decreto Federal nº 45.816 de 16 de abril de 1959), a Faculdade de Odontologia de Caruaru (credenciada pelo Decreto Federal nº 45.978 de 11 de maio de 1959) e a Faculdade do Agreste de Pernambuco credenciada pela Portaria nº 3.179 de 31 de outubro de 2003, eram as Faculdades mantidas pela Associação Caruaruense de Ensino Superior, associação civil sem fins lucrativos, criada pelo ex-deputado e jurista emérito Dr. Tabosa de Almeida no final da década de 1950, com a finalidade de criar e manter escolas de ensino superior na região do Agreste de Pernambuco. A Faculdade de Odontologia de Caruaru foi pioneira na criação das condições para o acesso ao ensino de odontologia no interior do Norte e Nordeste brasileiro.

Em dezembro de 2009, com a unificação das referidas mantidas, deu-se origem à Faculdade Ascés, agregando os onze cursos existentes em uma única instituição, nos termos da Portaria nº1.746, de 22.12.2009, publicada no D.O.U. em 24/12/2009.

No mês de agosto de 2016, pela portaria de nº 837 de de 10.08.2016, ocorreu o credenciamento do Centro Universitário, transformando a então Faculdade Ascés no Centro Universitário Tabosa de Almeida – ASCES/UNITA, no momento com dezenove cursos.

No que concerne ao processo avaliativo da ASCES/UNITA diante de todo esse histórico aqui apresentado, antes mesmo de ser uma exigência regulamentar, a Instituição estava atenta ao processo avaliativo, com a opinião dos diversos sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, onde foi institucionalizada e fomentada uma escuta destes segmentos, visando um *feedback* que lhe permitisse redirecionar suas atividades. No final da década de 1990, já havia sido implantado uma avaliação docente realizada pelos discentes, sendo o primeiro passo para uma futura avaliação institucional, que se aprimorou e se solidificou com a instituição do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

Em continuidade ao processo de autoavaliação, realizado na ASCES/UNITA, a Comissão Própria de Avaliação (CPA), com a respectiva elaboração e discussão do Programa de Autoavaliação Institucional (PAI), ampliou e implementou no seu processo



avaliativo os eixos e dimensões estabelecidas pelo SINAES, a fim de possibilitar a melhoria das ações educacionais e institucionais, perpassando, pela Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional, Política de Ensino e Pesquisa, Responsabilidade Social, Comunicação com a Sociedade, Políticas de Pessoal, Organização e Gestão Institucional, Infraestrutura física, Planejamento e Avaliação, Políticas de atendimento ao estudante.

Nessa perspectiva, conforme está descrito no Programa de Autoavaliação Institucional (PAI) da ASCES/UNITA, foram operacionalizados, nos anos de 2018-2020, os seguintes segmentos: Alunos Avaliando os Professores, Alunos Avaliando o Curso e a Instituição, Professores Avaliando o Curso e a Instituição, além de Avaliação do corpo técnico-administrativo e uma avaliação diagnóstica sobre a dinâmica institucional na vivência da pandemia.

## **1. REFERENCIAL TEÓRICO**

Compreendemos a Avaliação Institucional, principalmente no que se refere a implementação daquilo que chamamos cultura avaliativa, como um desafio, e, ao mesmo tempo, uma necessidade para a Instituição de Educação Superior comprometida em rever e qualificar a sua prática, apontando caminhos para uma gestão universitária democrática.

Além de ser uma exigência legal, a Avaliação Institucional é uma possibilidade que a academia tem de refletir sobre sua prática e de legitimar suas ações. Na atual conjuntura, várias são as contribuições de pesquisadores e estudiosos sobre o assunto, a saber: Dias Sobrinho (2000), Lopes (2001), Feltran (2002), dentre outros.

Dentre as assertivas de tais autores, declaram que as Instituições de Ensino Superior fazem parte de uma totalidade histórica e social, sendo um sistema aberto que está constantemente em contato com o sistema global. Existem aspectos de ordem política e de ordem financeira que desencadearam o início das avaliações institucionais. Na ordem política, temos as crises que a universidade brasileira vem experimentando desde o final do século passado e os de ordem financeira advêm da necessidade de a universidade conhecer a sua condição técnica para atingir a missão de ensino, pesquisa e extensão. (LOPES et al, 2001).

Da discussão e dos fóruns de reitores de 1990 e do sindicato dos docentes, inicia-se uma série de experiências de avaliação institucional a partir de 1991. Em 1993, foi lançado o PAIUB (Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras). Desse contexto, em outubro de 1996, o governo edita o Decreto nº 2.026 determinando que a avaliação institucional seja efetivada por Comissão Externa, considerando os resultados da autoavaliação (LOPES et al, 2001).

Em 14 de abril de 2004, a Lei nº 10.861 instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, com a finalidade de melhoria da qualidade da educação superior. O SINAES deverá assegurar, entre outros aspectos: avaliação institucional interna e externa, contemplando a análise global e integrada das dimensões, da estrutura, das relações, do compromisso social, das atividades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e de seus cursos. Determina, no seu Art. 1º, que as IES constituam a COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO-CPA.

A PORTARIA nº 2.051, de 9 de julho de 2004, regulamenta o procedimento de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e delega competências à CONAES - Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. Esta Comissão, ainda em 2004, expediu o roteiro de Autoavaliação Institucional. Baseada neste roteiro, a CPA da ASCES/UNITA está coordenando o processo de Autoavaliação Institucional.

Para Ristof (apud LOPES 2001), o programa de avaliação institucional deve considerar os seguintes princípios: globalidade, comparabilidade, respeito à identidade institucional, não-punição ou premiação, adesão voluntária, legitimidade e continuidade. O autor destaca que:

Um aspecto importante na avaliação institucional é a escolha ou determinação dos critérios de julgamento. Entre esses critérios podemos destacar a autonomia, a competência, a democratização, a qualidade, a produtividade, a eficiência, a eficácia, a efetividade, o custo/benefício, a congruência, a relevância, a equidade social. Temos critérios de natureza quantitativa e de natureza qualitativa. O importante é se trabalhar com critérios que se traduzem(sic) em indicadores

mistos, isto é, o uso de critérios quantitativos para realizar julgamentos qualitativos (p. 14).

É importante a natureza qualitativa na avaliação institucional que, muito embora trabalhando com dados quantitativos, não pode perder de vista a interpretação e o caráter qualitativo da prática social que é a educação.

Dias Sobrinho (2000) afirma que a Avaliação Institucional deve ser adaptada a cada Instituição, pois cada Academia tem a sua própria vida, a sua própria história, ou seja: *“tem as suas maneiras específicas de construir os sentidos”* (p.198). Portanto, cada IES tem, em particular, as suas grandes questões fundamentais, e mesmo com princípios, metodologias e objetivos mais ou menos universais de avaliação, não há modelos prontos e inflexíveis que possam servir indiferenciadamente a qualquer Escola.

Percebemos, nesse sentido, a Avaliação Institucional como um desafio e, ao mesmo tempo, uma necessidade para a Instituição de Ensino Superior que esteja preocupada em rever e qualificar a sua prática, apontando caminhos para uma gestão universitária que se compreenda como democrática.

Na ASCES/UNITA, esse processo teve início a partir da formação da Comissão Própria de Avaliação, com a respectiva elaboração e discussão de seu Programa de Autoavaliação Institucional (PAI), o qual apresenta a perspectiva de avaliação descrita na apresentação desse relatório.

Esse relatório tem como objetivo revelar todo o processo de autoavaliação realizado no ciclo de 2018 a 2020, desde o período de sensibilização até a análise dos dados, apontando questões de mudanças ocorridas na Instituição desde a entrega do relatório parcial de autoavaliação do ano de 2018.

## **2. ABORDAGEM METODOLÓGICA**

Os procedimentos utilizados neste relatório buscam uma metodologia qualitativa, pois, segundo Ludke & André (1986), além de enfatizar o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como seu principal instrumento, também trará dados predominantemente descritivos, uma preocupação predominante com o processo e com o significado que as pessoas envolvidas atribuem aos dados analisados.

Nesse tipo de metodologia, segundo Espeleta&Rockwel (1986), há uma relação dinâmica entre o sujeito e o objeto. As próprias análises contidas nesse relatório requerem esse tipo de abordagem na medida em que uma simples análise experimental ou quantitativa não iria dar conta de discutir e solucionar o que foi proposto. Analisar todas as dimensões do Processo de Autoavaliação Institucional propostas pelo presente relatório, requer um contato direto entre quem investiga e a realidade investigada, contato esse que não seria possível com outro tipo de abordagem, pois o intuito é descrever também os significados culturais da instituição, desvelando o seu perfil.

Durante a Autoavaliação Institucional, os procedimentos metodológicos utilizados, de uma forma geral, foram questionários com questões abertas e fechadas e entrevistas, utilizando critérios conforme o Programa de Autoavaliação Institucional da ASCES/UNITA e, principalmente, utilizando-se como referência o Roteiro de Autoavaliação Institucional do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (2004).

É importante ressaltarmos que, a partir do ano de 2007, todo o processo de avaliação correspondente aos alunos avaliando os professores, professores avaliando o curso, as turmas e a instituição, bem como os funcionários avaliando a ASCES/UNITA foi realizado a partir do portal acadêmico ([www.asc.es.edu.br](http://www.asc.es.edu.br)), no qual os participantes utilizaram uma senha e realizaram suas avaliações. Contudo, a identidade dos respondentes e sempre mantida em sigilo.

A análise de conteúdo foi utilizada como técnica de interpretação dos dados pela CPA. A opção mencionada, pela análise de conteúdo, é de fundamental importância na medida em que, para a discussão proposta pelo relatório, é preciso que tenhamos ciência da “descoberta do que está por trás dos dados”, evidenciada por Minayo (1994), das respostas dos sujeitos envolvidos no processo.

É importante apontarmos que esse relatório não tem um caráter conclusivo, pois o processo de Autoavaliação Institucional tem, no entendimento desta comissão, um caráter contínuo em constantes transformações e se constitui como fator fundamental e imprescindível para a construção coletiva em um planejamento institucional realmente comprometido com a formação humana.

### **3. DESENVOLVIMENTO E ANÁLISE DOS DADOS E DAS INFORMAÇÕES**

Observação dos resultados alcançados pela CPA no ciclo avaliativo de 2018 a 2020, em cada eixo de Avaliação Institucional. Nesse campo, serão apresentados os resultados (dados e elementos) que condizem com cada um dos cinco eixos de avaliação. O objetivo é retratar de forma clara um diagnóstico da ASCES/UNITA, visando proporcionar com detalhes, posteriormente, os avanços, as potencialidades e os desafios a serem enfrentados pela IES nos próximos ciclos avaliativos. **Ademais, nesse ciclo, de forma específica, estão sendo apresentados resultados da dinâmica institucional analisada sob a ótica da pandemia do COVID-19, que impactou diretamente em uma mudança significativa das ações na ASCES-UNITA.**

Assim, todos os dados obtidos encontram-se disponíveis para extensa publicidade no setor da CPA da IES, contemplando todos os eixos e dimensões exigidas.